ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO

2023

TRANSPARENCY INTERNATIONAL
the global coalition against corruption

A Transparência Internacional é um movimento global com uma visão: um mundo em que governos, empresas, a sociedade e as vidas diárias das pessoas estejam livres da corrupção. Com mais de 100 capítulos no mundo todo e um Secretariado internacional em Berlim, lideramos a luta contra a corrupção para fazer com que essa visão se torne realidade.

#cpi2023

www.transparenciainternacional.org.br/ipc

Imagem da capa: Till Lukat

Todos os esforços foram empenhados para verificar a exatidão das informações contidas neste relatório. Acredita-se que todas as informações estavam corretas em janeiro de 2024. Contudo, a Transparência Internacional não se responsabiliza pelas consequências do uso dessas informações para outros fins ou em outros contextos.

ISBN: 978-3-96076-250-8

Transparência Internacional 2024. Exceto se apontado de outra forma, este trabalho está sob licença CC BY-ND 4.0 DE. Citações são permitidas. Favor entrar em contato com a Transparência Internacional – copyright@transparency.org – para tratar de pedidos para usar o relatório.

ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO 2023

ÍNDICE

2-3
Mapa e resultados

4-6
Sumário executivo
Recomendações

7-8
Destaques globais

9-12
Corrupção e injustiça

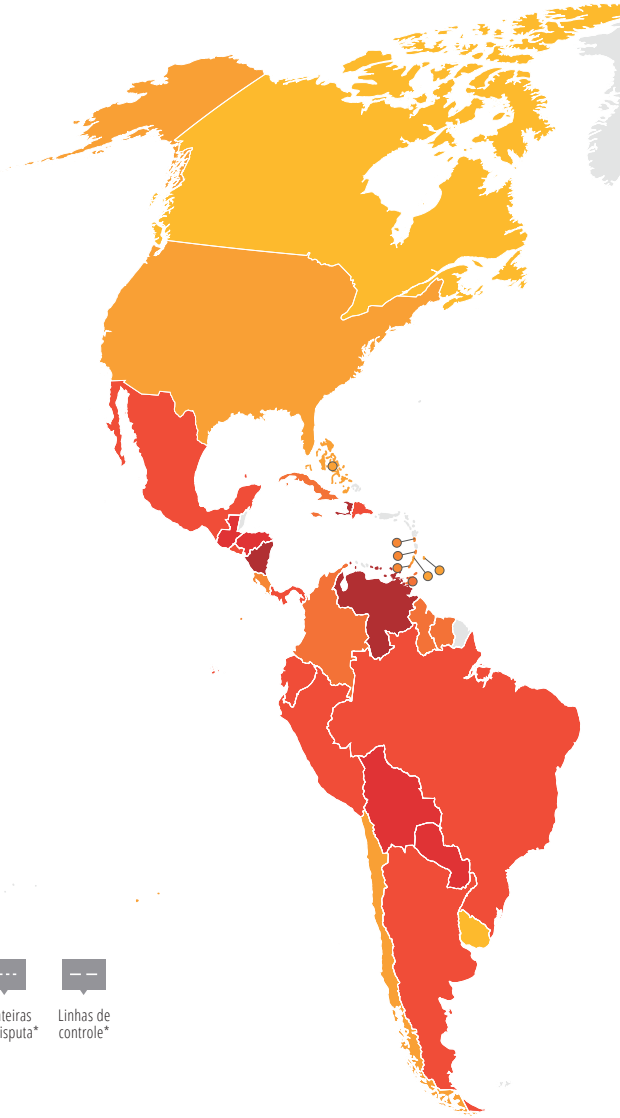
13-19
Destaques regionais
Américas Ásia-Pacífico
Leste Europeu & Ásia Central
Oriente Médio & Norte da África
África Subsaariana
Europa Ocidental & União Europeia

20
Metodologia

21-22
Notas Finais

180 PAÍSES. 180 PONTUAÇÕES.

COMO SE SAIU O SEU PAÍS?



Níveis de percepção da corrupção no setor público de 180 países/territórios em todo o mundo.

PONTUAÇÃO

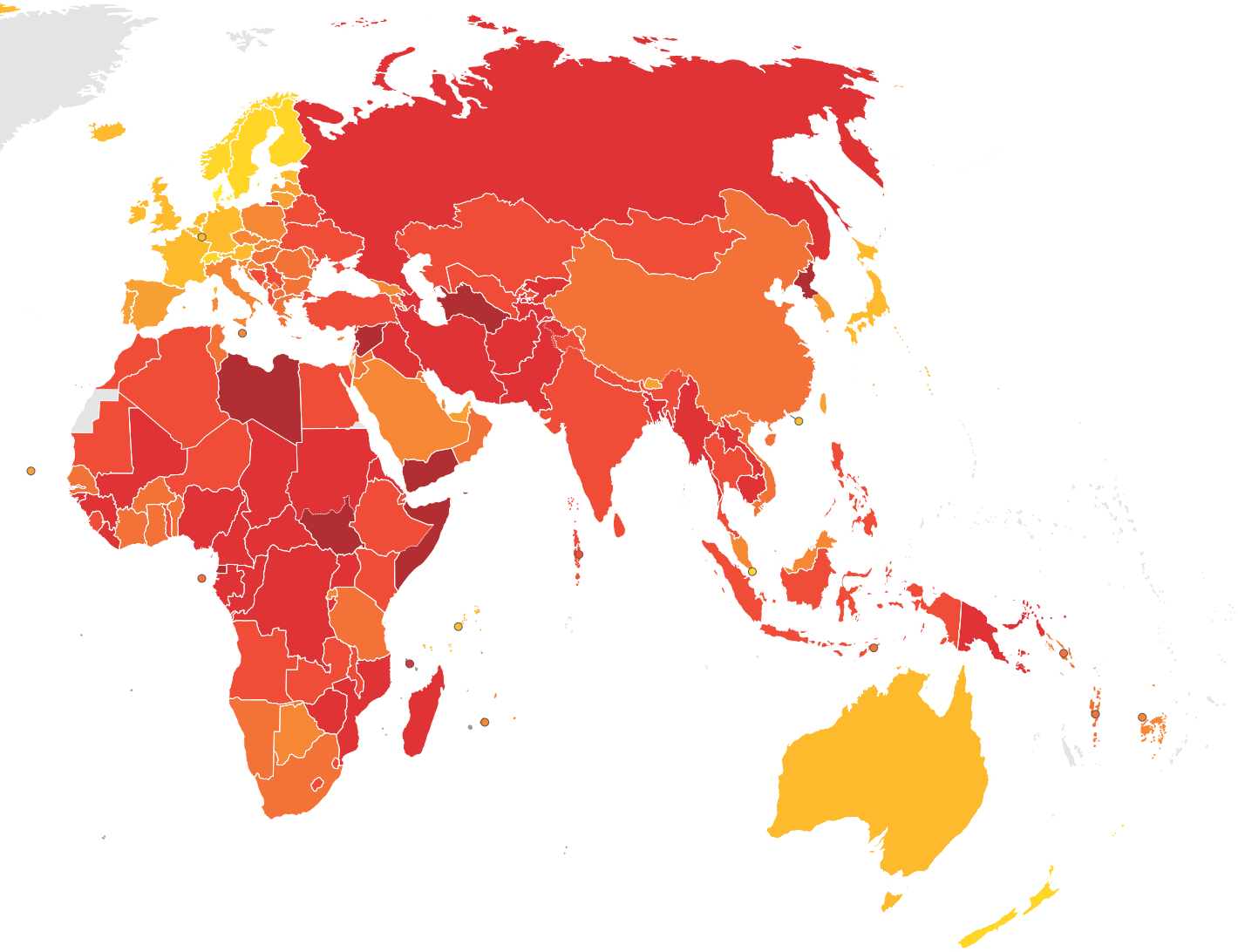
Altamente corrupto — Altamente íntegro

0-9 | 10-19 | 20-29 | 30-39 | 40-49 | 50-59 | 60-69 | 70-79 | 80-89 | 90-100

Dados indisponíveis | Fronteiras sob disputa* | Linhas de controle*

*As designações usadas e a apresentação do material neste mapa seguem, tanto quanto é do nosso conhecimento, as práticas adotadas pela ONU em janeiro de 2023. Desse modo, não configuram expressão de qualquer opinião por parte da Transparência Internacional referente ao status jurídico de um determinado país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades pertinentes, nem à delimitação de seus limites ou fronteiras.

PONTUAÇÃO	PAÍS/TERRITÓRIO
90	Dinamarca
87	Finlândia
85	Nova Zelândia
84	Noruega
83	Singapura
82	Suécia
82	Suíça
79	Holanda
78	Alemanha
78	Luxemburgo
77	Irlanda
76	Canadá
76	Estônia
75	Austrália
75	Hong Kong
73	Bélgica
73	Japão
73	Uruguai
72	Islândia
71	Áustria
71	França
71	Seicheles
71	Reino Unido
69	Barbados
69	Estados Unidos da América
68	Butão
68	Emirados Árabes Unidos
67	Taiwan
66	Chile
64	Bahamas
64	Cabo Verde
63	Coreia do Sul
62	Israel
61	Lituânia
61	Portugal
60	Letônia
60	São Vicente e Granadinas
60	Espanha
59	Botsuana
58	Catar
57	República Tcheca
56	Dominica
56	Itália
56	Eslovênia
55	Costa Rica
55	Santa Lúcia
54	Polônia
54	Eslováquia
53	Chipre
53	Geórgia
53	Granada
53	Ruanda
52	Fiji
52	Arábia Saudita
51	Malta
51	Maurício
50	Croácia
50	Malásia
49	Grécia
49	Namíbia
48	Vanuatu
47	Armênia
46	Jordânia
46	KUWAIT
46	Montenegro
46	Romênia
45	Bulgária
45	São Tomé e Príncipe
44	Jamaica
43	Benim
43	Gana
43	Omã
43	Senegal
43	Ilhas Salomão
43	Timor-Leste
42	Bahrein
42	China
42	Cuba
42	Hungria
42	Moldávia
42	Macedônia do Norte
42	Trindade e Tobago
41	Burkina Faso
41	Kosovo
41	África do Sul
41	Vietnã
40	Colômbia
40	Costa do Marfim
40	Guiana
40	Suriname
40	Tanzânia



40	Tunísia
39	Índia
39	Cazaquistão
39	Lesoto
39	Maldivas
38	Marrocos
37	Argentina
37	Albânia
37	Bielorrússia
37	Etiópia
37	Gâmbia
37	Zâmbia
36	Argélia
36	Brasil
36	Sérvia
36	Ucrânia
35	Bósnia e Herzegovina
35	República Dominicana
35	Egito
35	Nepal
35	Panamá
35	Serra Leoa

35	Tailândia
34	Equador
34	Indonésia
34	Malauí
34	Filipinas
34	SRI LANKA
34	Turquia
33	Angola
33	Mongólia
33	Peru
33	Uzbequistão
32	Níger
31	El Salvador
31	Quênia
31	México
31	Togo
30	Djibuti
30	Suazilândia
30	Mauritânia
29	Bolívia
29	Paquistão
29	Papua Nova Guiné
28	Gabão

28	Laos
28	Mali
28	Paraguai
27	Camarões
26	Guiné
26	Quirguistão
26	Rússia
26	Uganda
25	Libéria
25	Madagascar
25	Moçambique
25	Nigéria
24	Bangladesh
24	República Centro Africana
24	Irã
24	Líbano
24	Zimbábue
23	Azerbaijão
23	GUATEMALA
23	Honduras
23	Iraque
22	Camboja
22	Congo

22	Guiné-Bissau
21	Eritreia
20	Afeganistão
20	Burundi
20	Chade
20	Comores
20	República Democrática do Congo
20	Myanmar
20	Sudão
20	Tajiquistão
18	Líbia
18	Turcomenistão
17	Guiné Equatorial
17	Haiti
17	Coreia do Norte
17	Nicarágua
16	Iêmen
13	Sudão do Sul
13	Síria
13	Venezuela
11	Somália

SUMÁRIO EXECUTIVO

A justiça e o primado efetivo das leis são essenciais para prevenir e impedir a corrupção, tanto no âmbito nacional quanto no internacional. Ambos são pilares da democracia e representam noções de equidade e responsabilidade. A impunidade relativa à corrupção – casos em que aqueles que abusam do poder não sofrem consequências pelo dano que causaram – é a essência da injustiça e da ruptura do Estado de Direito.

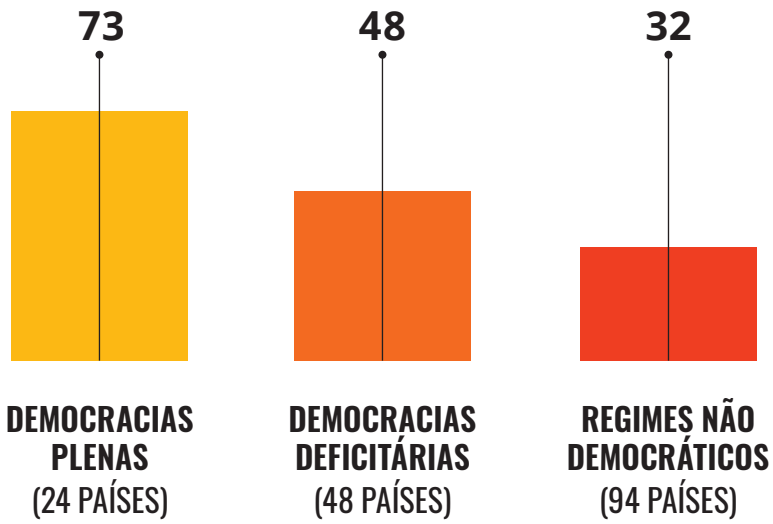
Desde 2016 se constata um declínio global da justiça e do Estado de Direito.[1] A ascensão do autoritarismo em alguns países contribui para essa dinâmica e, até mesmo em contextos democráticos, os mecanismos de controle sobre os governos foram debilitados. Governos de diferentes posições políticas vêm comprometendo os sistemas de justiça,[2] restringindo liberdades civis[3] e empregando estratégias não democráticas para enfrentar desafios recentes, como a pandemia de COVID-19.[4]

Nesse cenário, o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) de 2023 mostra que, apesar dos avanços feitos na criminalização da corrupção e no estabelecimento de instituições especializadas em anticorrupção no mundo todo, apenas 28 dos 180 países avaliados pelo IPC melhoraram seus níveis de corrupção, enquanto que 34 tiveram uma piora significativa.[5]

Essa parca evolução não surpreende, tendo em vista as fragilidades crônicas dos sistemas de justiça encarregados de detectar, investigar e julgar casos de corrupção.

MÉDIAS DE PONTUAÇÃO NO IPC 2023 PARA DIFERENTES TIPOS DE GOVERNO*

Democracias fortes apresentam um desempenho vastamente superior ao de democracias deficitárias e de regimes autoritários no que toca ao controle da corrupção.



** Baseado nas classificações de democracia usadas pela Economist Intelligence Unit (EIU) relativas ao ano de 2022. O número total de países cobertos aqui é menor do que o número coberto pelo IPC, visto que a EIU não apresenta dados sobre 13 países contemplados na nossa amostragem. Dados disponíveis em: https://ourworldindata.org/grapher/political-regime-eiu.*

A recorrente falta de recursos destinados ao Judiciário, à polícia e a outras instituições de justiça, combinada com níveis insuficientes de independência relativa aos outros Poderes, leva a um cenário no qual a corrupção muitas vezes fica impune. Por sua vez, a ampla impunidade estimula novas irregularidades em todos os níveis. Elas podem incluir desde fraudes até esquemas complexos e organizados da chamada "grande corrupção", que consiste no abuso do poder de alto nível e que leva as sociedades a sofrerem com problemas sérios e extensos.

Os graves danos sociais causados pela grande corrupção fazem dela uma preocupação internacional. Os perpetradores da grande corrupção muitas vezes se beneficiam da impunidade, devido aos sistemas de justiça serem "incapazes ou pouco dispostos" a processá-los, seja por uma questão de captura ou interferência, ou por falta de autoridade, recursos ou capacidade.

Aqueles que abusam do poder saem impunes e os danos causados às vítimas não são remediados.

A luta pela justiça e a luta contra a corrupção andam juntas: onde quer que o sistema de justiça não consiga fazer valer a lei, a corrupção se prolifera. Ao mesmo tempo, nos contextos em que a corrupção se tornou a norma, o acesso à justiça pelos mais vulneráveis muitas vezes fica dificultado, e as instituições de justiça podem ser capturadas por grupos políticos, econômicos e de interesses especiais. Nos casos mais extremos, redes de clientelismo, muitas das quais transcendem as fronteiras nacionais, também podem usar sua influência para manipular processos jurídicos, pressionar autoridades para aplicar a lei de forma seletiva e até alterar leis para que se alinhem a seus interesses, tudo no intuito de garantir sua própria impunidade.[6]

2/3 DOS PAÍSES PONTUARAM ABAIXO DE 50/100

Quando a justiça pode ser comprada por uns, o ônus da injustiça deve ser arcado por outros. Às vítimas da corrupção é negada a indenização pelos danos causados, e a capacidade dos governos de combater o crime fica seriamente prejudicada.[7] Com isso, os esforços para aumentar a independência, a transparência e a efetividade dos sistemas de justiça são um investimento em direitos humanos e num mundo livre da corrupção. Ao mesmo tempo, as intervenções anticorrupção são cruciais na busca global por justiça.

A corrupção vai continuar a se proliferar até que os sistemas de justiça consigam punir irregularidades e monitorar os governos. Quando a justiça é comprada ou sofre interferência política, é o povo que acaba sofrendo. Os governantes precisam investir integralmente nas instituições que defendem a lei e combatem a corrupção, e garantir sua independência. É hora de acabar com a impunidade da corrupção.

François Valérian
Presidente, Transparência Internacional

Foto: Transparência Internacional

Recomendações

Nossos estudos e trabalhos com parceiros em mais de 100 países sugerem que os governos que buscam combater a corrupção, promover a justiça e garantir o primado das leis devem:

FORTALECER A INDEPENDÊNCIA DO SISTEMA DE JUSTIÇA

Proteger o sistema de justiça de interferências é essencial para o seu bom funcionamento. Promover nomeações baseadas no mérito, e não em questões políticas, e garantir que o sistema disponha de pessoal qualificado e recursos adequados.

INTRODUZIR MECANISMOS DE INTEGRIDADE E CONTROLE

Garantir que as proteções especiais requeridas pelos membros do sistema de justiça para desempenhar suas funções não sofram abusos. A prevenção pode se dar através do uso de canais específicos de denúncia, bem como ao se exigir que juízes, promotores e outros atores relevantes divulguem seus bens e participações, além de se garantir que seus salários se adequem ao trabalho desempenhado.

EXPANDIR O ACESSO À JUSTIÇA

Proteger o acesso das pessoas à justiça é um dos primeiros passos na luta contra a impunidade e a corrupção. Entre as estratégias para se alcançar esse objetivo estão: simplificar procedimentos complexos; tornar procedimentos jurídicos acessíveis para todos; ampliar a definição de vítima da corrupção para que se inclua vítimas não estatais; e conceder a organizações da sociedade civil (OSCs) qualificadas o direito de instaurar e apresentar processos – criminais, cíveis ou administrativos – referentes a casos de corrupção, e de representar os interesses das vítimas da corrupção.

TORNAR A JUSTIÇA MAIS TRANSPARENTE

A transparência pode ajudar a esclarecer como funciona o sistema de justiça e a torná-lo mais responsabilizável. Deve-se garantir que os dados relevantes sobre julgamentos, acordos e decisões extrajudiciais, bem como procedimentos jurídicos e normas administrativas, estejam disponíveis e possam ser examinados pelo público. Isso pode ajudar a coibir a corrupção e garantir que as leis que a combatem sejam aplicadas e ministradas de forma correta.

PROMOVER A COOPERAÇÃO DENTRO DO SISTEMA DE JUSTIÇA

Os sistemas de justiça são complexos, mas garantir que seus diferentes componentes possam colaborar de forma efetiva é essencial. Definir competências claras e complementares é um ponto crítico para se alcançar essa meta. Dado o amplo uso de sistemas informais de justiça em algumas regiões, refletir sobre as potenciais sinergias entre os sistemas formais e informais também pode se mostrar vantajoso.

EXPANDIR OS CANAIS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS EM CASOS DE GRANDE CORRUPÇÃO

Quando os esquemas de grande corrupção ocorrem em países com sistemas de justiça "incapazes ou pouco dispostos" a processar os infratores, instituições de justiça estrangeiras, de países que sofrem menos com a impunidade, podem ter um papel crucial no combate a esse problema ao lidarem com os procedimentos desses casos. Isso exige que tais países tenham implementado certas medidas procedimentais importantes, como: jurisdição abrangente, imunidade mínima para representantes estrangeiros, habilitação de OSCs para atuar nesses processos e representar as vítimas, e uma definição alargada de danos justiçáveis que abranja o dano geral causado a múltiplas vítimas.

DESTAQUES GLOBAIS

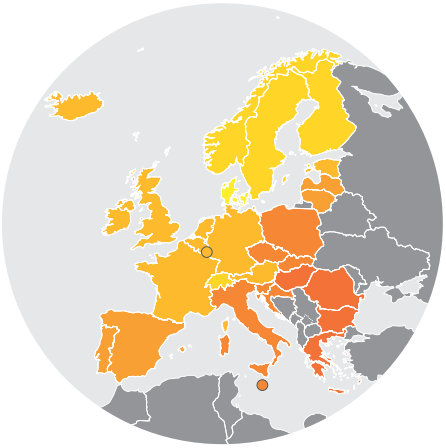
Nos 20 anos desde sua adoção, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC) vem unindo 190 países para dar um fim à corrupção. No entanto, a maioria desses países não tem conseguido alcançar esse objetivo – mais de 80% da população mundial vive em países cuja pontuação no IPC ficou abaixo da média global de 43 pontos.

Além disso, os 25 países com as melhores pontuações no índice correspondem a apenas 10% da população mundial. Sendo assim, a corrupção continua sendo um desafio que prejudica direta ou indiretamente a maioria das pessoas.

O IPC classifica 190 países e territórios com base nos níveis percebidos de corrupção no setor público de acordo com especialistas e executivos. Ele se baseia em 13 fontes de dados independentes e usa uma escala que vai de zero a 100, onde zero significa "altamente corrupto" e 100 significa "muito íntegro".

Países que garantem o primado das leis e com instituições democráticas de bom funcionamento muitas vezes se encontram no topo do índice.

Países democráticos geralmente obtêm pontuações melhores do que regimes autoritários no que toca ao controle da corrupção – democracias plenas apresentam uma pontuação média de 73 no IPC, enquanto democracias deficitárias têm uma média de 48 e regimes não democráticos têm média de apenas 32.

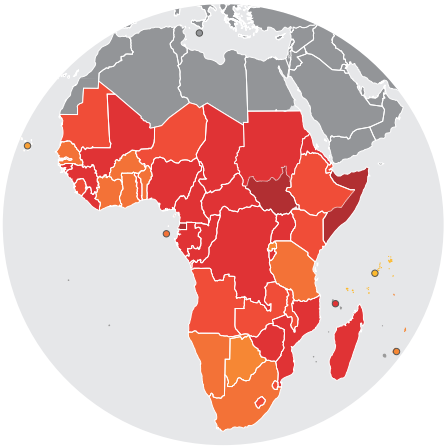


REGIÃO COM A **MAIOR** PONTUAÇÃO

EUROPA OCIDENTAL & UNIÃO EUROPEIA

65/100

PONTUAÇÃO MÉDIA DA REGIÃO



REGIÃO COM A **MENOR** PONTUAÇÃO

ÁFRICA SUBSAARIANA

33/100

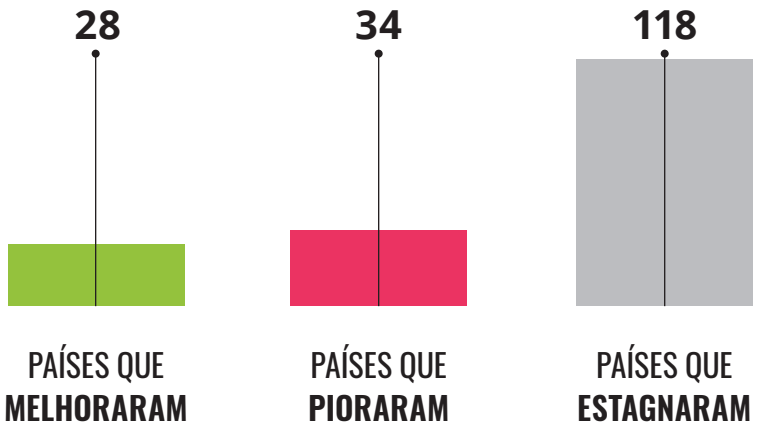
PONTUAÇÃO MÉDIA DA REGIÃO

Pelo sexto ano consecutivo, a Dinamarca lidera o ranking com 90 pontos. Finlândia e Nova Zelândia vêm logo em seguida com 87 e 85 pontos, respectivamente. Noruega (84), Singapura (83), Suécia (82), Suíça (82), Holanda (79), Alemanha (78) e Luxemburgo (78) completam o top 10 de 2023.

Por outro lado, países que estão passando por conflitos ou nos quais as liberdades são fortemente restringidas e as instituições democráticas são fracas tendem a obter as menores pontuações. Em 2023, Somália (11), Venezuela (13), Síria (13) e Sudão do Sul (13) empataram em último lugar. Iêmen (16), Nicarágua (17), Coreia do Norte (17), Haiti (17), Guiné Equatorial (17), Turcomenistão (18) e Líbia (18) vêm em seguida na parte de baixo do ranking.

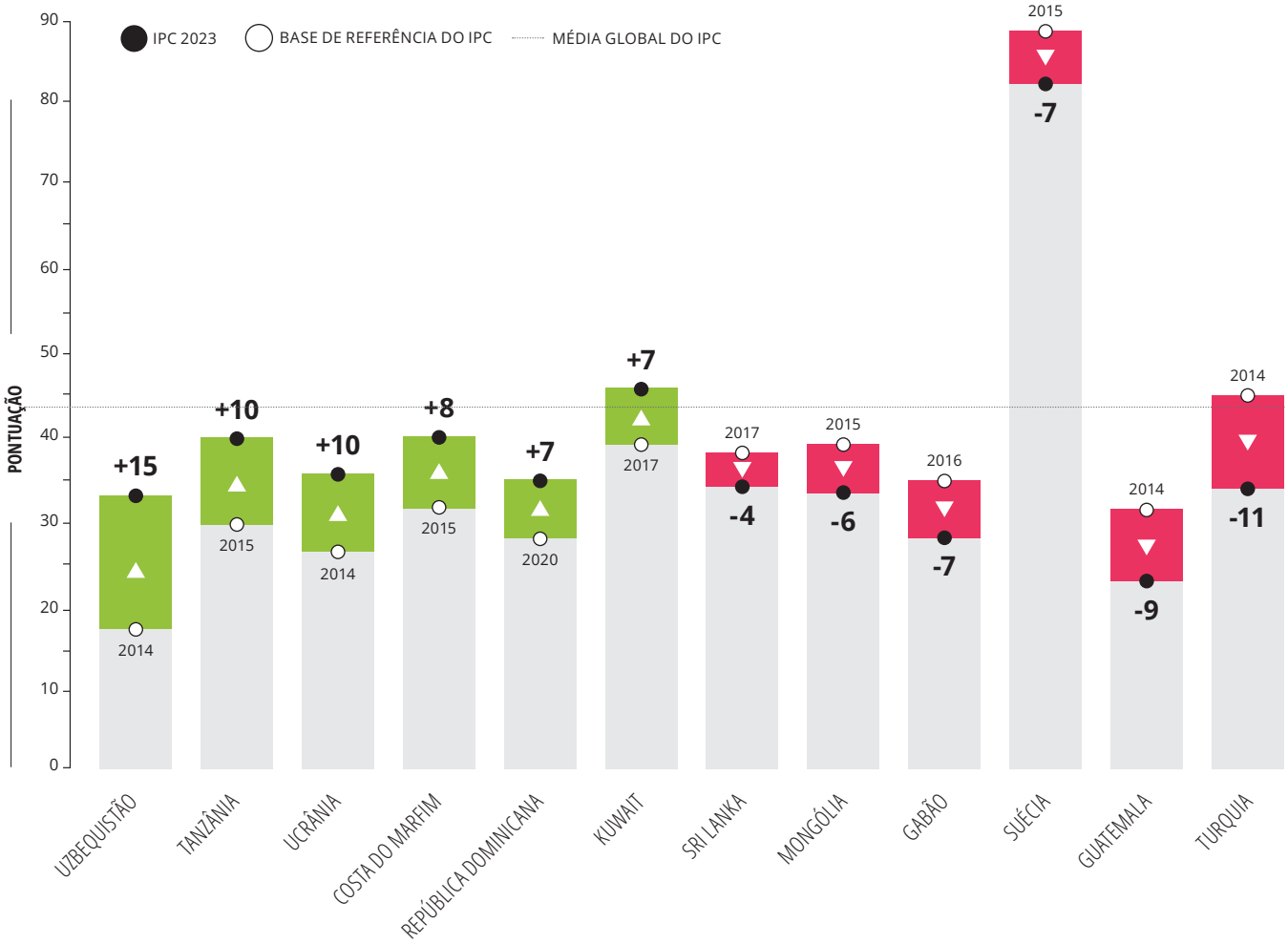
MUDANÇAS NAS PONTUAÇÕES DO IPC, 2012-2023

Número de países que nossas fontes apontam ter melhorado ou piorado durante o período de 2012 a 2023, considerando todos os 180 países cujos dados estavam disponíveis.



PAÍSES COM AS MAIORES MUDANÇAS

Países que nossas fontes de dados apontam ter apresentado melhora ou piora durante o período de 2014 a 2023. Uma lista completa de todas as mudanças estatisticamente significativas está disponível na base de dados do IPC 2023.



CORRUPÇÃO E INJUSTIÇA

A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção estabelece que os governos devem aumentar a integridade e prevenir oportunidades para a corrupção entre os membros do Judiciário e da Promotoria,[8] mas sem lhes tirar a independência.[9] Esse foco explícito no sistema de justiça é esperado, tendo em vista seu papel-chave na aplicação da legislação anticorrupção, na proteção dos direitos e na garantia do primado das leis.

Sistemas de justiça com bom funcionamento são um pré-requisito e um catalisador para se enfrentar a corrupção de modo efetivo.[10] Quando o sistema de justiça é fraco, disfuncional ou não é dotado de independência para se proteger de pressões externas, ele se torna incapaz de fazer cumprir as leis e garantir que elas sejam aplicadas com igualdade a todos. Nesse cenário, os regimes jurídicos acabam perdendo seu poder de dissuadir as pessoas de se envolver com corrupção e outras atividades criminais,[11] e a impunidade cresce.[12] Não surpreende que os países em que há menos chance de que um agente do governo ou um ator privado sejam punidos por irregularidades praticadas tenham obtido pontuações menores no IPC.

Quando há pouco risco de serem punidos, os corruptos entendem que podem praticar seus crimes sem consequências, o que pode passar a mensagem de que a corrupção é tolerada e amparada.

No entanto, a relação entre corrupção e justiça não é unidirecional. Ao passo que o declínio global do Estado de Direito prejudica os esforços de combate à corrupção, esta também contribui para minar a justiça, visto que restringe o acesso à mesma e ameaça o princípio básico da igualdade perante à lei.[13] Quando a corrupção toma conta do sistema de justiça, os ricos e poderosos conseguem escapar das consequências legais.

Ao mesmo tempo, o acesso à justiça por parte de grandes camadas da sociedade pode se tornar mais custoso ou até proibitivo.[14,15]

Estudos apontam que os efeitos da corrupção sobre o acesso à justiça não são sentidos de forma equânime na sociedade. Muitas vezes, são os pobres e os grupos marginalizados que mais sofrem com a corrupção na busca por justiça.[16] Pessoas vulneráveis também ficam em desvantagem quando se torna possível influenciar veredictos com subornos ou através de conexões políticas.

Estudos recentes também mostram que a corrupção e a injustiça social reforçam uma à outra. A corrupção muitas vezes gera tratamento diferenciado, visto que os favores ou privilégios concedidos pelos governos a certos grupos, indivíduos ou empresas tendem a resultar na exclusão de outros de igual capacidade.[17]

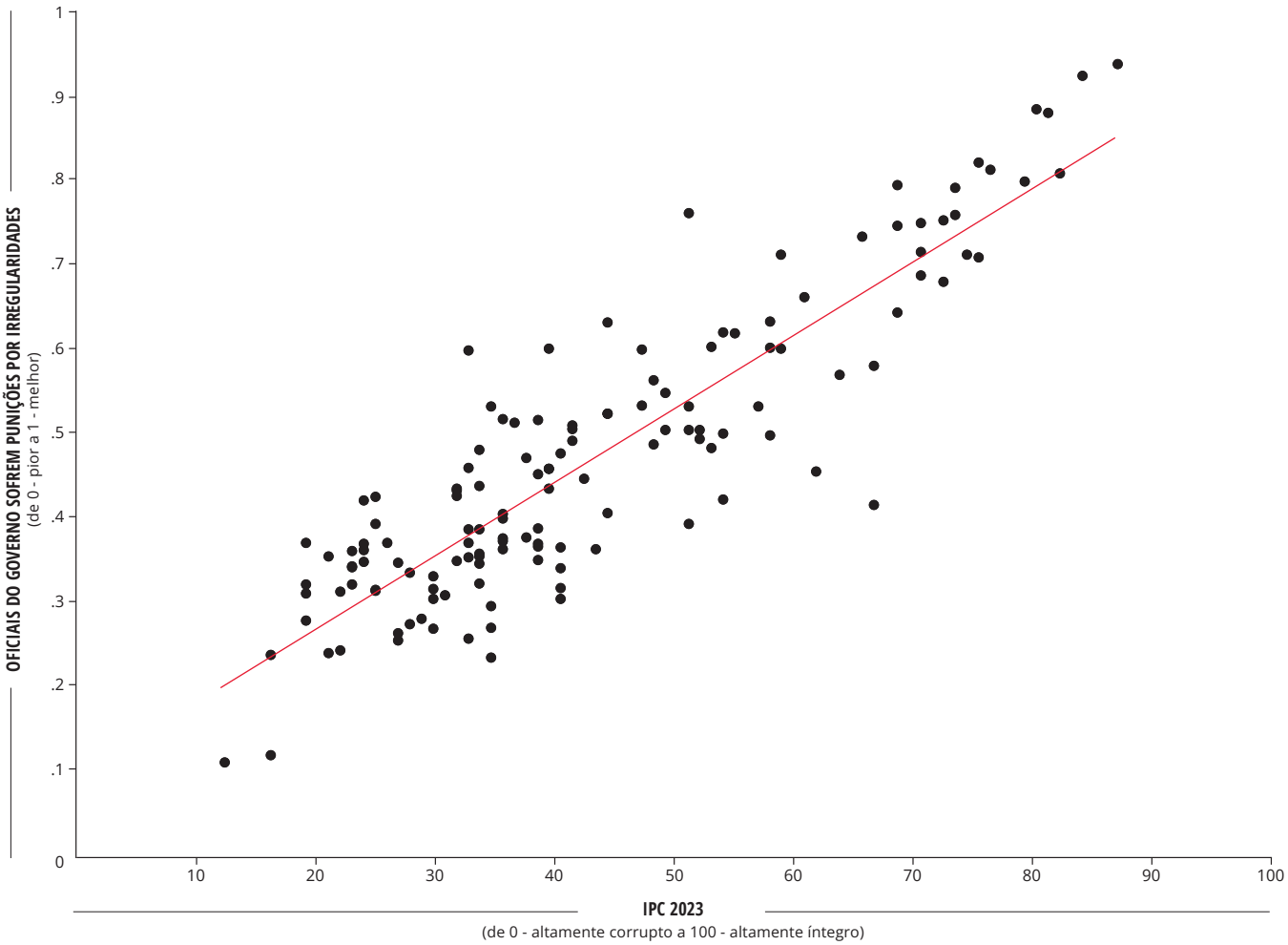
A corrupção agrava a injustiça social e afeta os mais vulneráveis de forma desproporcional. Em diversos países ainda persistem os obstáculos para que as vítimas da corrupção acessem a justiça. É hora de quebrar essas barreiras e garantir que as pessoas possam acessar a justiça de forma efetiva. Todos merecem um sistema de justiça imparcial e inclusivo, no qual as vítimas são ouvidas em todas as etapas do processo. Todo o resto é apenas uma afronta à justiça.

Daniel Eriksson
Diretor-executivo, Transparência Internacional

Foto: Transparência Internacional

FIGURA 1: CORRUPÇÃO E IMPUNIDADE

Países com níveis maiores de corrupção têm menos ocorrências de agentes do governo sendo punidos por deixarem de seguir normas e cumprir suas responsabilidades. A baixa probabilidade de sofrer punições também pode servir como incentivo para o envolvimento com corrupção.



Fonte: Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional e Rule of Law Index do World Justice Project.

Macedônia do Norte

Em setembro de 2023, o parlamento da Macedônia do Norte (42) causou um sério prejuízo ao Judiciário do país. Após um procedimento acelerado e desprovido de transparência, os parlamentares alteraram o código penal para reduzir as sentenças penais e diminuir o prazo de prescrição para abusos do poder público. Com isso, quase 200 casos de corrupção serão extintos, muitos dos quais envolvem funcionários do alto escalão.

Venezuela

A Venezuela (13) é um exemplo de grande corrupção, onde bilhões de dólares em verbas públicas são desviados de forma sistemática, beneficiando indivíduos e acentuando a pobreza e a desigualdade. Os esquemas de grande corrupção acompanham a captura dos sistemas legislativo, regulatório e de justiça por parte de funcionários do alto escalão, no intuito de ganharem poder e evitarem punições.

Polônia

O anterior governo polaco (54), liderado pelo partido Lei e Ordem, enfraqueceu o poder judicial e corroeu o Estado de direito. Reduzindo os controlos sobre o poder do governo, as suas reformas permitiram-lhes nomear funcionários judiciais, bem como investigar e punir juízes. A imposição de multas pela UE e a restrição do acesso aos fundos fizeram com que revertessem algumas das suas ações, como o cancelamento do mecanismo de disciplinar os juízes.

Os padrões preexistentes de discriminação podem aumentar a exposição das pessoas à corrupção, bem como os danos resultantes que elas sofrem.18 Por exemplo, a desigualdade de gênero e o desequilíbrio de poder podem deixar meninas e mulheres mais vulneráveis a certos tipos de corrupção, como a extorsão sexual, que consiste no abuso do poder para receber benefícios sexuais.19 Grupos marginalizados são alvos frequentes de atores corruptos e, muitas vezes, descobrem que as autoridades não os protegem nem punem os infratores.

A corrupção também confere a grupos políticos, econômicos ou de interesses especiais os meios para influenciar ou capturar completamente instituições de justiça. Nos casos mais extremos, a grande corrupção e a captura do Estado podem transformar sistemas de justiça em instrumentos de opressão. Elites corruptas podem usar sua influência sobre um sistema de justiça para se manter no poder e negar ao povo seus direitos, sua liberdade e sua capacidade de se manifestar contra os abusos.

Alguns governos usam os sistemas de justiça para reprimir a oposição ou outros que os criticam. Esses regimes costumam cooptar forças policiais, promotores e tribunais, e usá-los para silenciar, prejudicar e aprisionar quem se manifestar de forma contrária a eles.

FIGURA 2: CORRUPÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA

Na maioria dos sistemas corruptos de justiça, os ricos e poderosos conseguem escapar de consequências legais, enquanto que grandes camadas da população são excluídas do seu direito de acessar serviços judiciais imparciais e efetivos.

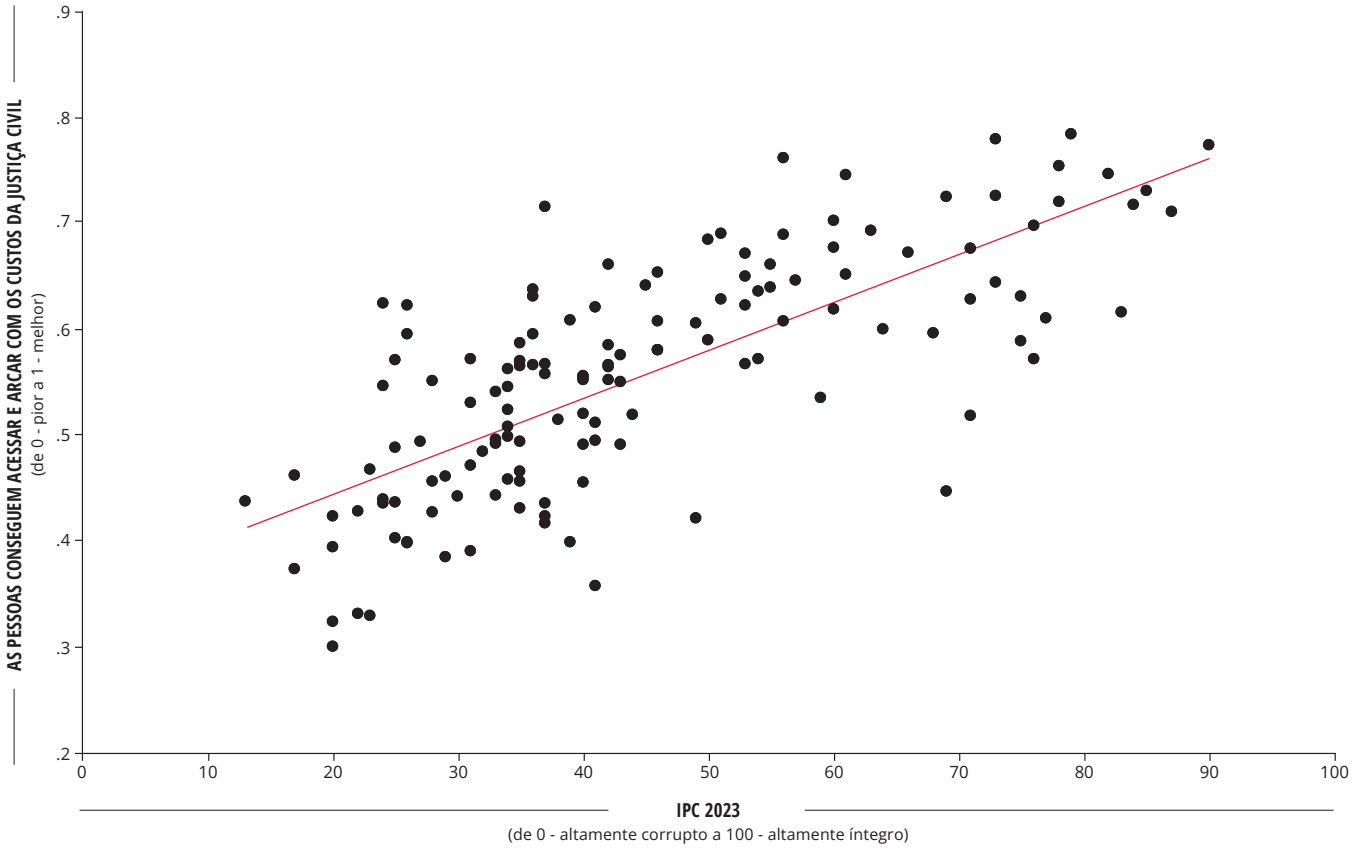
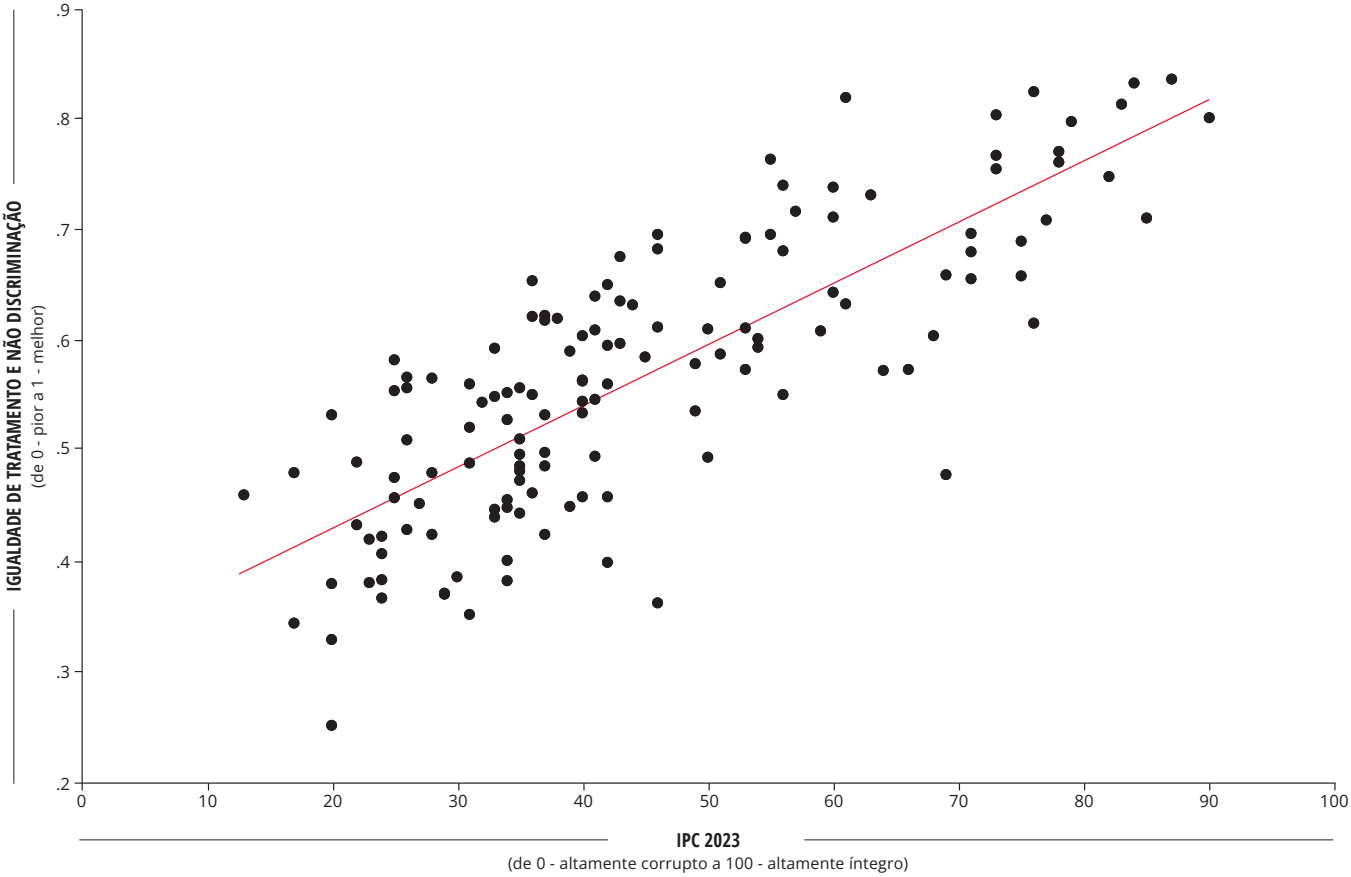


FIGURA 3: CORRUPÇÃO E IGUALDADE DE TRATAMENTO

Nos países em que a corrupção é alta, a igualdade de tratamento perante à lei não é garantida e há mais espaço para a discriminação contra grupos específicos.



Tunísia

Em julho de 2021, o presidente Saied assumiu o controle do Judiciário da Tunísia (40) e suspendeu o parlamento. Ele continuou a consolidar o poder em 2022 através da eleição de um novo parlamento que, pela constituição tunisiana, permanece sob seu controle, minando os freios e contrapesos necessários para limitar os poderes do governo. Outras medidas preocupantes incluem o enfraquecimento da comissão anticorrupção e o fechamento do espaço cívico para aqueles que desejam se manifestar contra esse cenário.

República Democrática do Congo

A República Democrática do Congo (20) tem enfrentado desafios sérios na expansão do acesso à justiça. Em diversas instâncias, houve poucos avanços no que toca a investigar, processar e condenar os ricos e poderosos, enquanto que grupos marginalizados do povo congolês são excluídos do seu direito de acessar serviços judiciais imparciais e efetivos.

Camboja

O Camboja (22) apresenta uma das piores pontuações do mundo no que toca tanto à corrupção no setor público – seja com a grande ou com a pequena corrupção – quanto à igualdade de tratamento e à não discriminação. Grupos marginalizados tendem a ser mais negligenciados ou maltratados em suas interações com agentes públicos quando tentam acessar serviços públicos ou obter justiça.

DESTAQUES REGIONAIS

Entre diversos outros desafios, cada região vem sofrendo com sistemas de justiça cada vez mais fracos e uma diminuição na responsabilização de agentes públicos. Nesse cenário, a corrupção consegue se proliferar impunemente, enquanto que as regiões ou estagnaram em seus esforços anticorrupção, ou estão demonstrando sinais de declínio.

No mundo todo, houve países que conseguiram melhorar suas pontuações, mostrando que o progresso é possível em qualquer contexto. No entanto, foram poucas as regiões que tiveram mais países que melhoraram do que países que pioraram.

Embora a região da Europa Ocidental e da União Europeia (UE) tenha se mantido no topo do ranking, sua pontuação média caiu para 65 (de um total de 100 pontos), reflexo do enfraquecimento dos freios e contrapesos e da erosão da integridade política.

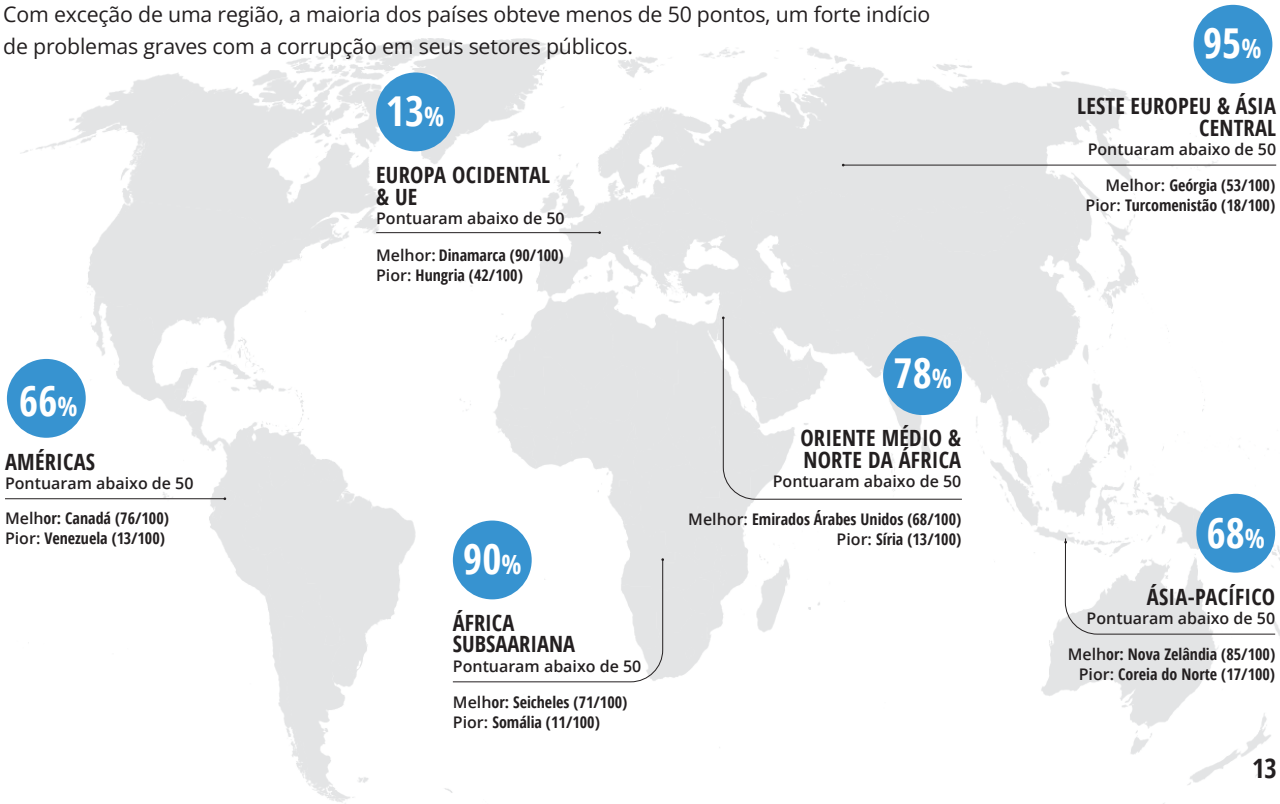
A região do Leste Europeu e da Ásia Central vem lidando com disfunções no primado das leis, o crescimento do autoritarismo e a corrupção sistêmica, que se traduziram na sua média de 35 pontos.

Apesar de alguns países na região da África Subsaariana terem melhorado, a maioria continua com uma pontuação baixa. A média regional é de 33 pontos, a mais baixa no mundo. As pontuações na região do Oriente Médio e do Norte da África não melhoraram muito, tendo alcançado uma média regional de 38, reflexo dos problemas recorrentes com a corrupção e os conflitos políticos. A média da região da Ásia-Pacífico está há bastante tempo estagnada em 45 pontos, e países que historicamente apresentam boas pontuações estão em declínio.

A falta de independência judiciária e lacunas na garantia do primado das leis abriram espaço para que a impunidade reine na região das Américas, que obteve uma média de 43 pontos.

PORCENTAGEM DE PAÍSES COM PONTUAÇÕES ABAIXO DE 50 (POR REGIÃO)

Com exceção de uma região, a maioria dos países obteve menos de 50 pontos, um forte indício de problemas graves com a corrupção em seus setores públicos.



AMÉRICAS

Com dois terços dos países da região pontuando abaixo de 50 no IPC (de um total de 100 pontos), as Américas enfrentam desafios significativos na luta contra a corrupção. A falta de independência dos Judiciários na região é um dos principais problemas. Ela enfraquece o primado das leis e promove a impunidade para os poderosos e criminosos, em detrimento do povo e da coletividade.

Na América Latina e no Caribe, a opacidade e a influência indevida fazem com que diversos sistemas de justiça na região se tornem incapazes de aplicar a lei de forma efetiva e imparcial ou de servir como contrapeso aos outros Poderes, algo fundamental para o bom funcionamento das democracias.

A sensação de impunidade e o fato de que promotores e juízes não conduzem seus procedimentos e julgamentos de forma imparcial nem garantem a igualdade perante à lei impactam a confiança do público no Judiciário.

Por sua vez, essa perda de confiança desincentiva as denúncias, visto que a instituição passa a ser enxergada como corrupta, pouco confiável e arriscada. Os grupos que sentem isso de forma mais severa são os mais pobres e vulneráveis, como mulheres, indígenas, afrodescendentes, minorias sexuais e migrantes. Esses grupos frequentemente sofrem discriminação ao tentarem acessar a justiça.

A região das Américas precisa urgentemente de Judiciários mais robustos e independentes para fortalecer a justiça, combater a impunidade e enfrentar o crescimento de redes transnacionais de corrupção. Além disso, as nomeações e exonerações de juízes e promotores devem ser transparentes e baseadas na experiência e no desempenho, no intuito de prevenir a interferência política.

32

PAÍSES

43

PONTUAÇÃO MÉDIA

PAÍSES COM NOTAS MAIS ALTAS

CANADÁ
76/100

URUGUAI
73/100

BARBADOS
69/100

ESTADOS UNIDOS
69/100

PAÍSES COM NOTAS MAIS BAIXAS

HAITI
17/100

NICARÁGUA
17/100

VENEZUELA
13/100

PAÍSES COM MELHORIAS RECENTES

REPÚBLICA DOMINICANA
35/100 (+7 pontos desde 2020)

PAÍSES COM PIORAS RECENTES

ARGENTINA
37/100 (-8 pontos desde 2019)

HONDURAS
23/100 (-6 pontos desde 2018)

NICARÁGUA
17/100 (-8 pontos desde 2018)

VENEZUELA
13/100 (-5 pontos desde 2018)

NOVAS PONTUAÇÕES MÁXIMAS

COLÔMBIA **40** e
REPÚBLICA DOMINICANA **35**

NOVAS PONTUAÇÕES MÍNIMAS

CUBA **42**, EL SALVADOR **31**, GUATEMALA **23**, NICARÁGUA **17**, PERU **33** e VENEZUELA **17**

ÁSIA-PACÍFICO

O ano de 2024 terá diversas eleições importantes na região da Ásia-Pacífico, e o IPC de 2023 aponta que houve pouco ou nenhum avanço significativo em coibir a corrupção. Pelo quinto ano seguido, a pontuação média da região no IPC está estagnada em 45 (de um total de 100 pontos). Pouquíssimos países apresentaram melhorias que indiquem mudanças significativas nos níveis de corrupção, e muitos dos que normalmente ficam no topo do ranking estão decaindo lentamente.

Dos países analisados na região, 68% obtiveram menos de 50 pontos no IPC. Essas pontuações baixas refletem o descumprimento de promessas anticorrupção por parte dos representantes eleitos, somado à repressão da sociedade civil e aos ataques às liberdades de imprensa, manifestação e associação.

Os países do Pacífico continuam sofrendo com os impactos das mudanças climáticas e são um ponto focal de tensões geopolíticas entre a China e o Ocidente. Embora haja uma entrada contínua de incentivos econômicos, militares e financeiros para fomentar seu desenvolvimento e as metas climáticas, muitos países do Pacífico possuem sistemas fracos de governança, fato ignorado por alguns doadores, o que expõe seus vastos investimentos a um alto risco de corrupção.

O *Barômetro Global da Corrupção*, da Transparência Internacional, revela a predominância da corrupção nos processos eleitorais na região da Ásia-Pacífico. Com isso, a capacidade das eleições de formarem governos dignos de confiança no que toca ao controle e ao combate à corrupção sofre imensamente.

31

PAÍSES

45

PONTUAÇÃO MÉDIA

PAÍSES COM NOTAS MAIS ALTAS

NOVA ZELÂNDIA
85/100

SINGAPURA
83/100

AUSTRÁLIA
75/100

HONG KONG
75/100

PAÍSES COM NOTAS MAIS BAIXAS

AFEGANISTÃO
20/100

MYANMAR
20/100

COREIA DO NORTE
17/100

PAÍSES COM MELHORIAS RECENTES

MALDIVAS
39/100 (+10 pontos desde 2019)

NEPAL
35/100 (+4 pontos desde 2018)

VIETNÃ
41/100 (+8 pontos desde 2018)

PAÍSES COM PIORAS RECENTES

MYANMAR
20/100 (-9 pontos desde 2018)

SRI LANKA
34/100 (-4 pontos desde 2018)

NOVAS PONTUAÇÕES MÁXIMAS

NEPAL 35 e TIMOR-LESTE 43

NOVAS PONTUAÇÕES MÍNIMAS

BANGLADESH 24, FIJI 52,
NOVA ZELÂNDIA 85 e SRI LANKA 34

LESTE EUROPEU & ÁSIA CENTRAL

O IPC traz um retrato preocupante do Leste Europeu e da Ásia Central, região que enfrenta problemas em garantir o primado das leis, bem como com o crescimento do autoritarismo e a corrupção sistêmica. Sua pontuação média foi de 35 (de um total de 100 pontos), a segunda pior média regional do mundo.

Retrocessos democráticos e sistemas de justiça debilitados estão tornando mais difícil coibir a corrupção, visto que instituições como a polícia, as promotorias e as cortes muitas vezes não conseguem investigar e punir aqueles que abusam do poder. Embora seja crucial que os governantes atuem visando ao bem da coletividade, há inúmeros exemplos de agentes públicos sistematicamente influenciando políticas e instituições para aumentar seu próprio poder e desviar verbas públicas. É urgente que os governantes fortaleçam o primado das leis, os direitos e a própria democracia, em vez de atacá-los, como muitos fazem.

O IPC de 2023 mostra que, embora a maioria dos países na região do Leste Europeu e da Ásia Central não esteja avançando no combate à corrupção, cinco países melhoraram significativamente sua pontuação nos últimos 10 anos. Isso mostra que, apesar dos grandes desafios na região, é possível mudar.

O resto estagnou em sua luta anticorrupção, exceto Bósnia e Herzegovina (35), Turquia (34) e Turcomenistão (18), que obtiveram pontuações piores. Em 2023, a Turquia alcançou sua pior pontuação histórica no IPC, assim como a Sérvia (36), a Rússia (26) e o Tajiquistão (20).

19

PAÍSES

35

PONTUAÇÃO MÉDIA

PAÍSES COM NOTAS MAIS ALTAS

GEÓRGIA
53/100

ARMÊNIA
47/100

MONTENEGRO
46/100

PAÍSES COM NOTAS MAIS BAIXAS

AZERBAIJÃO
23/100

TAJIQUISTÃO
20/100

TURCOMENISTÃO
18/100

PAÍSES COM MELHORIAS RECENTES

ARMÊNIA
47/100 (+12 pontos desde 2018)

MOLDÁVIA
42/100 (+10 pontos desde 2019)

UZBEQUISTÃO
33/100 (+8 pontos desde 2019)

PAÍSES COM PIORAS RECENTES

TURQUIA
34/100 (-7 pontos desde 2018)

NOVAS PONTUAÇÕES MÁXIMAS

CAZAQUISTÃO **39**, MOLDÁVIA **42**, UCRÂNIA **36** e UZBEQUISTÃO **33**

NOVAS PONTUAÇÕES MÍNIMAS

RÚSSIA **26**, TAJIQUISTÃO **20** e TURQUIA **34**

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

A perda do ímpeto na luta contra a corrupção em toda a região do Oriente Médio e do Norte da África vem diminuindo a confiança do público. Em paralelo, a adoção de uma abordagem anticorrupção reativa, em vez de preventiva, se tornou um obstáculo para a boa governança.

Por mais de uma década, a maioria dos países da região não conseguiu melhorar sua posição no IPC, e em 2023 não foi diferente. Essa tendência se deve aos altos níveis de corrupção política, que minam os esforços anticorrupção na região. A corrupção continua a emperrar o acesso dos cidadãos a serviços essenciais, incluindo saúde e educação, e, em diversos casos, ameaça até seu direito à vida.

Com apenas sete anos faltando para alcançarem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), os países árabes estão com dificuldades para cumprir os compromissos com a justiça e os direitos humanos. Isso se deve à falta de infraestrutura adequada e de sistemas de integridade nacionais. A pontuação média dos países árabes no IPC 2023 foi de 34 (de um total de 100 pontos), o que mostra o longo caminho que ainda precisam percorrer para garantir a integridade e a justiça na região.

Por toda a região, a extensão da corrupção é um grande entrave para o progresso, e diversos países têm de lidar com injustiças sociais e estruturais profundamente arraigadas.

Tal cenário perpetua múltiplas formas de desigualdade, incluindo no acesso a serviços e recursos essenciais. Isso não apenas acentua a desigualdade social, mas também obstrui severamente a busca pelos ODSs.

18

PAÍSES

38

PONTUAÇÃO MÉDIA

PAÍSES COM NOTAS MAIS ALTAS

EMIRADOS ÁRABES UNIDOS
68/100

ISRAEL
62/100

CATAR
58/100

PAÍSES COM NOTAS MAIS BAIXAS

LÍBIA
18/100

IÊMEN
16/100

SÍRIA
13/100

PAÍSES COM MELHORIAS RECENTES

KUWAIT
46/100 (+6 pontos desde 2019)

PAÍSES COM PIORAS RECENTES

LÍBANO
24/100 (-6 pontos desde 2012)

SÍRIA
13/100 (-13 pontos desde 2012)

IÊMEN
16/100 (-7 pontos desde 2012)

NOVAS PONTUAÇÕES MÁXIMAS

(Não houve países que alcançaram novas pontuações máximas)

NOVAS PONTUAÇÕES MÍNIMAS

IRÃ **24** e OMÃ **43**

ÁFRICA SUBSAARIANA

O IPC 2023 apresentou resultados variados na África, com melhorias importantes em alguns países. Contudo, a maioria dos países africanos estagnou, o que deu continuidade ao desempenho ruim da região, cuja média permaneceu em 33 pontos (de um total de 100). Dos países da região da África Subsaariana, 90% obtiveram menos de 50 pontos.

Apesar de um estudo regional apontar que a corrupção está entre os problemas mais importantes que os africanos gostariam que seus governos enfrentassem, o IPC 2023 mostra que os países da região da África Subsaariana ainda têm um longo caminho pela frente na luta anticorrupção.

Os desafios perenes da região decorrem de décadas de sucateamento dos setores públicos, quadro agravado pela corrupção e por transações financeiras ilícitas que tiram recursos dos serviços públicos.

O enfrentamento dos problemas sociais e econômicos continua ineficaz, muitas vezes em detrimento das populações mais vulneráveis. A corrupção nos sistemas de execução da justiça afeta desproporcionalmente os cidadãos mais pobres e os que dependem primariamente dos serviços públicos, como pessoas com deficiências ou mulheres e crianças, o que impede o alcance de metas de desenvolvimento globais e regionais.

Apesar da adoção da Convenção sobre a Prevenção e o Combate à Corrupção da União Africana (AUCPCC) duas décadas atrás, a impunidade de agentes públicos, bem como o enfraquecimento do espaço cívico e do acesso à justiça e à informação, continuam a ser problemas críticos que ameaçam o primado das leis na região. Com isso, os esforços anticorrupção precisam ser empreendidos em todos os níveis e por diversos *stakeholders* dentro da rede de justiça.

49

PAÍSES

33

PONTUAÇÃO MÉDIA

PAÍSES COM NOTAS MAIS ALTAS

SEICHELES
71/100

CABO VERDE
64/100

BOTSUANA
59/100

PAÍSES COM NOTAS MAIS BAIXAS

GUINÉ EQUATORIAL
17/100

SUDÃO DO SUL
13/100

SOMÁLIA
11/100

PAÍSES COM MELHORIAS RECENTES

ANGOLA
33/100 (+14 pontos desde 2018)

PAÍSES COM PIORAS RECENTES

LIBÉRIA
25/100 (-7 pontos desde 2018)

NOVAS PONTUAÇÕES MÁXIMAS

CABO VERDE **64**, COSTA DO MARFIM **40**, SEICHELES **71**, SERRA LEOA **35** e TANZÂNIA **40**

NOVAS PONTUAÇÕES MÍNIMAS

GABÃO **28**, LIBÉRIA**25** e ÁFRICA DO SUL **41**

EUROPA OCIDENTAL & UNIÃO EUROPEIA

Pela primeira vez em uma década, a pontuação média da região da Europa Ocidental e da UE caiu, alcançando 65 pontos (de um total de 100). Embora ainda seja a região com a melhor média no IPC, medidas robustas anticorrupção continuam sendo minadas pelo enfraquecimento dos freios e contrapesos constitucionais. A erosão da integridade política contribui para a diminuição da confiança do público na capacidade dos países de enfrentarem os desafios atuais da região.

O IPC 2023 apontou que os esforços anticorrupção estagnaram ou decaíram em mais de três quartos dos países da região. Entre os 31 países avaliados, apenas seis melhoraram suas pontuações, enquanto que oito vem piorando desde 2012.

Diversas democracias do topo do ranking, incluindo Suécia (82), Holanda (79), Islândia (72) e Reino Unido (71), registraram suas piores pontuações históricas. Destaca-se o Reino Unido, que caiu seis pontos nos últimos cinco anos. Dinamarca (90), Finlândia (87) e Noruega (84) lideram o CPI, enquanto os países com os piores desempenhos — que refletem fragilidades na garantia do primado das leis — são Hungria (42), Romênia (46) e Bulgária (45).

A insuficiência na prestação de contas e a corrupção política estão prejudicando a garantia do primado das leis numa região em que o povo está perdendo a confiança nas instituições. Nos casos mais alarmantes, grupos de interesses específicos detêm um poder excessivo sobre o processo decisório na política. Em outros casos, os governos têm perseguido jornalistas, denunciantes e outros fiscalizadores.

31

PAÍSES

65

PONTUAÇÃO MÉDIA

PAÍSES COM NOTAS MAIS ALTAS

DINAMARCA
90/100

FINLÂNDIA
87/100

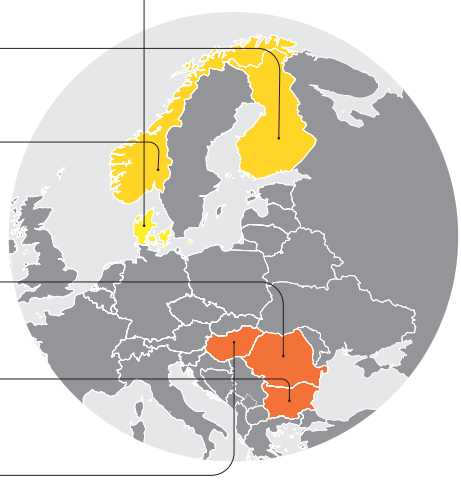
NORUEGA
84/100

PAÍSES COM NOTAS MAIS BAIXAS

ROMÊNIA
46/100

BULGÁRIA
45/100

HUNGRIA
42/100



PAÍSES COM MELHORIAS RECENTES

ESTÔNIA
76/100 (+6 pontos desde 2016)

ITÁLIA
56/100 (+9 pontos desde 2016)

PAÍSES COM PIORAS RECENTES

ÁUSTRIA
71/100 (-6 pontos desde 2019)

POLÔNIA
54/100 (-6 pontos desde 2018)

REINO UNIDO
71/100 (-9 pontos desde 2018)

NOVAS PONTUAÇÕES MÁXIMAS

BULGÁRIA **45**, ESTÔNIA **76**, LETÔNIA **60** e ESLOVÁQUIA **54**

NOVAS PONTUAÇÕES MÍNIMAS

ISLÂNDIA **72**, HOLANDA **79**, POLÔNIA **54**, SUÉCIA **82** e REINO UNIDO **71**

METODOLOGIA

O IPC agrega dados de diversas fontes que fornecem as percepções do setor privado e de especialistas acerca do nível de corrupção no setor público. A Transparência Internacional segue os seguintes passos para calcular o IPC:

1. Selecionar as fontes dos dados. Cada fonte de dados usada para construir o IPC precisa obedecer aos seguintes critérios para se qualificar como uma fonte válida:

+ Quantificar riscos ou percepções da corrupção no setor público
+ Basear-se em uma metodologia confiável e válida
+ Vir de uma organização com boa reputação
+ Permitir variação suficiente de pontuação para poder haver distinção entre os países
+ Ranquear um número substancial de países de mais de uma região
+ Considerar apenas avaliações de especialistas ou do setor privado
+ Ser atualizada regularmente (a cada dois anos, pelo menos).

O IPC é calculado usando 13 fontes de dados diferentes, oriundas de 12 instituições distintas, que capturaram as percepções da corrupção ao longo dos dois anos anteriores à sua publicação.

2. Padronizar as fontes de dados numa escala de 0 a 100. Essa padronização se dá ao se subtrair a média aritmética de cada fonte, relativa ao ano-base, da pontuação de cada país, e então dividir pelo desvio-padrão da fonte em questão relativo ao ano-base. Esse processo de subtração e divisão usando os parâmetros do ano-base garante que as pontuações do IPC sejam comparáveis ano a ano desde 2012. Após esse procedimento, as pontuações padronizadas são multiplicadas pelo valor do desvio-padrão do IPC em 2012 (20) e são adicionadas à média aritmética do IPC em 2012 (45), de modo que o conjunto de dados se adeque à escala de 0 a 100 do IPC.

3. Calcular a média. Para ser incluído no IPC, um país ou território precisa ter sido avaliado por pelo menos três fontes. Com isso, sua pontuação no IPC é calculada como sendo a média de todas as pontuações padronizadas que existirem para aquele país ou território. As pontuações são arredondadas para números inteiros.

4. Divulgar a medida da incerteza. Cada pontuação no IPC é acompanhada de erro padrão e intervalo de confiança, que capturam a variação verificada através de todas as fontes de dados disponíveis para um país ou território.

NOTAS FINAIS

1 World Justice Project, Rule of Law Index: 2023 Insights, Washington: World Justice Project, 2023. https:// worldjusticeproject.org/rule-of-law-index/downloads/WJPInsights2023.pdf.

2 Sistemas de justiça são compostos de diversos estabelecimentos, agências e instituições encarregadas de ministrar ou aplicar a lei. O Judiciário é o sistema de cortes e tribunais que julgam os contenciosos e que interpretam, aplicam e defendem a lei.

3 World Justice Project, "Human Rights Declined in 3 out of 4 Countries since a Global Rule of Law Recession Began in 2016". Washington: World Justice Project, 2023. https:// worldjusticeproject. org/news/wjp-rule-law-index-2023-global-press-release.

4 Vrushi, J., and Martinez Barranco Kukutschka, R., "Why fighting corruption matters in times of COVID-19". Berlim: Transparência Internacional, 2021. https://www. transparency.org/en/ news/cpi-2020- research-analysis-why-fighting- corruption-matters-in-times-of- covid-19.

5 Apenas os resultados do IPC 2012 em diante podem ser comparados.

6 Zuniga, N., Examining State Capture: Undue Influence on Lobbying and the Judiciary in the Western Balkans and Turkey. Berlim: Transparência Internacional, 2020. 2020_Report_ ExaminingStateCapture_ English.pdf (transparencycdn.org).

7 Transparência Internacional, Global Corruption Report 2007: Corruption in Judicial Systems, p. 21, Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

8 Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, artigo 11, parágrafo 1º.

9 Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, The United Nations Convention against Corruption: Implementation Guide and Evaluation Framework for Article 11. Viena: Organização das Nações Unidas, 2015.

10 Martinez Barranco Kukutschka, R., "The long arm of the law versus the invisible hand of the market?" in Heywood, P., e Mungiu-Pippidi, A., A Research Agenda for Studies of Corruption. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2019.

11 Organização das Nações Unidas, Report of the Special Rapporteur on the independence of judges and lawyers, A/HRC/44/47. Nova York: Organização das Nações Unidas, 2020. https://www.ohchr. org/en/documents/ thematic-reports/ ahrc4447-independence-judges-and- lawyers-report-special-rapporteur; Kugler, M., Verdier,T. and Zenou, Y., "Organized crime, corruption and punishment", Journal of Public Economics 89: 9–10, 1639-1663, 2005. https://www. sciencedirect. com/science/article/abs/ pii/ S0047272704000787.

12 Organização das Nações Unidas, Report of the Special Rapporteur on the independence of judges and lawyers, A/HRC/44/47, Nova York: Organização das Nações Unidas, 2020. https://www.ohchr. org/ en/documents/thematic-reports/ ahrc4447-independence-judges-and-lawyers-report-special-rapporteur.

13 Mijatović, D., "Corruption undermines human rights and the rule of law". Human Rights Comments. Estrasburgo: Conselho da Europa, 2021. https://www.coe.int/ nl/web/commissioner/-/corruption-undermines-human-rights-and-the-rule-of-law.

14 Pepys, 2003.

15 Pedersen, K. H., e Johannsen, L., "When corruption hits the judiciary: A global perspective on access to justice and corruption", Oñati Socio-Legal Series 13:4, 2023. https://opo.iisj.net/ index.php/osls/article/view/1504.

16 Bullock, J., e Jenkins, M., "Corruption and Marginalisation", Transparency International Anti-Corruption Helpdesk Answer, Berlim: Transparência Internacional, 2020. https://knowledgehub.transparency.org/assets/uploads/helpdesk/Corruption-and-marginalisation.pdf.

17 Mungiu-Pippidi, A., Rethinking Corruption, p. 59, Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2023.

18 McDonald, E., e Jenkins, M., Defying Exclusion: Stories and insights on the links between corruption and discrimination, Berlim: Transparência Internacional, 2021. https://www. transparency.org/en/publications/ defying-exclusion-corruption- discrimination.

19 Transparência Internacional, Breaking the silence around sextortion: The links between power, sex and corruption, Berlim: Transparência Internacional, 2020. https://www.transparency.org/en/publications/breaking-the-silence-around-sextortion.

PROMOVA MUDANÇAS COM A GENTE

PARTICIPE

Siga nossas páginas nas redes sociais, compartilhe suas visões e converse sobre a corrupção com pessoas do mundo todo.

facebook.com/transparenciainternacionalbrasil
twitter.com/anticorruption/
linkedin.com/company/transparency-international/
instagram.com/ transparenciainternacionalbr
youtube.com/user/TransparencyIntl/

DESCUBRA

Acesse nosso website para aprender mais sobre o trabalho que fazemos em mais de 100 países e inscreva-se para receber as últimas notícias sobre a luta contra a corrupção.

transparenciainternacional.org.br

DONATE

Sua doação nos ajudará a apoiar milhares de vítimas da corrupção, desenvolver novas ferramentas e pesquisas, e cobrar de governos e empresas as promessas que fizeram. Queremos construir um mundo mais honesto e mais justo. Com a sua ajuda, nós podemos.

transparenciainternacional.org.br/faca-parte

Transparência Internacional – Brasil
Associação Transparência e Integridade

Av. Brigadeiro Luis Antonio, 2367 – Sala 514
São Paulo, SP

brasil@br.transparency.org
www.transparenciainternacional.org.br